

Programa de governo do PSOL Viamão 2024

O presente documento, produzido ao longo de mais de um ano de debates promovidos pelo diretório municipal com a militância do PSOL de Viamão, foi escrito por dezenas de mãos e contempla o avançado da discussão do partido a respeito dos temas essenciais da vivência do povo no município, dos problemas que enfrentamos diariamente e das soluções que enxergamos, apoiados nos ideais do socialismo e da liberdade, na busca permanente por atender os anseios daqueles que mais precisam e, principalmente, da classe trabalhadora.

Carina Kunze - secretária geral psol viamão - julho de 2024.

ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Precisamos de uma verdadeira revolução na gestão administrativa de Viamão-RS. A agenda neoliberal de desmonte do Estado Social e da máquina pública tem dificultado o acesso da população aos serviços públicos. A ausência de poder deliberativo nos poucos espaços de participação popular dificulta o controle social, a participação na tomada de decisões e a capacidade da comunidade intervir diretamente nas decisões que lhe afetam a vida diretamente. Nada é por acaso, para aprofundar a agenda neoliberal de Bonatto e sua turma em uma escala ainda maior, as últimas administrações desmontaram, desestruturaram e desrespeitaram os conselhos municipais, o Orçamento Participativo, a gestão democrática das escolas. Ao contrário do que prometeram em campanha, ampliaram o número de Secretarias, de cargos em comissão, o trabalho prestado por estagiários e a terceirização dos serviços, desestimulando e reduzindo a participação dos servidores efetivos e de carreira. Para isso, precisamos de um controle e fiscalização efetiva da sociedade, exigindo e possibilitando maior transparência dos atos administrativos. Por outro lado, não há de se falar em desenvolvimento econômico sem um olhar prioritário a periferia da cidade, o controle do sustentável do meio ambiente e a priorização dos setores até aqui abandonados.

ADMINISTRAÇÃO

Poder Ao Servidor:

Construção e reestruturação da gestão com base na consulta e valorização dos servidores efetivos e na inteligência dos municipais.

Revisar o Plano de Carreira do Funcionalismo no intuito de corrigir desigualdades e distorções, bem como, melhorar as condições de trabalho e instituir índices de contribuição do IPREV, Previdência do Município de Viamão, conforme a escala salarial.

Poder Popular:

A administração pública precisa garantir o direito dos viamonenses de tomar as decisões importantes da cidade. Ao longo de anos, sucessivos governos foram cada vez mais se afastando das necessidades da maioria da população e usurpando seu poder de decisão. No primeiro ano de sua gestão, Bonatto e sua turma enterraram o Orçamento Participativo que, já bastante "aparelhado" por interesses políticos, agonizava há anos. Os canais abertos de participação foram sendo fechados e utilizados para fins político-partidários. Os Conselhos Municipais foram sistematicamente sendo aparelhados, desrespeitados e desvalorizados.

Nosso projeto de governo é o oposto. Queremos construir mecanismos para exercer uma democracia de baixo para cima. Só quem pode fazer as mudanças necessárias é a força dos milhares de "Seu João e Donas Marias", mobilizados, organizados e definindo os rumos da política e da cidade. Nosso governo vai escutar a cidadania e subordinar a ela as grandes decisões que impactam a vida urbana, sem distribuir regalias a amigos da elite e sem aparelhar a prefeitura com interesses político-partidários, personalistas e eleitoreiros. Para esta profunda mudança é fundamental a auto-organização da cidadania trabalhadora. A partir dos bairros e dos locais de trabalho, de estudo, de cultura e lazer é possível garantir que as pessoas sejam sujeitos(e não apenas objetos) da política que Viamão precisa.

Nosso povo tem experiência de organização. Organiza-se para morar e lutar por moradia; Organiza-se para trabalhar, em uma cidade onde mulheres, negros e jovens são os mais afetados pelo desemprego; Organiza-se para cuidar das crianças em uma cidade onde faltam creches; Organiza-se pra estudar, apesar do descaso proposital com a Rede Municipal de Educação(em benefício da rede privada); Organiza-se para fazer esportes, na periferia da cidade, onde os parques, quadras e praças não contam com o mesmo cuidado que o prefeito tem com o lago tarumã; Organiza-se para fazer Carnaval, mesmo com a contrariedade da

administração pública. Agora o povo precisa se organizar para governar, e derrotar os que querem seguir usando a prefeitura como balcão para seus negócios.

Muitas cabeças pensam melhor que uma - A população deve ser consultada sobre as principais decisões que afetam a cidade, especialmente obras de valor elevado e de significativo impacto social e ambiental. Mecanismos de democracia direta, como referendos, plebiscitos e consultas, combinados às novas tecnologias que permitem a participação ainda maior do povo, podem produzir um verdadeiro Processo Constituinte que culmine, anualmente, em um grande Congresso da Cidade de Viamão, precedido por Assembleias Populares Regionais e Temáticas. A Prefeitura será indutora dos processos de participação e decisão da população. Envolvendo aqueles que estão na batalha por um salário ou um emprego, nas entidades de classe, nos movimentos populares, no funcionalismo público, na cena cultural e nas universidades queremos promover um processo aberto de diálogo para tomar decisões coletivas às quais a Administração deve obedecer.

Um governo popular deve estabelecer uma dinâmica antiburocrática e de respeito aos Conselhos e Conferências. Precisa cumprir rigorosamente suas determinações e revogar qualquer tentativa de esvaziar o poder dos que fiscalizam e tão bem conhecem a gestão pública. Criação de uma Assembleia Popular, enquanto fórum permanente, independente do Estado e dos partidos políticos, para debater e encaminhar a luta pela melhoria das condições de vida da população com participação de sindicatos, associações de bairro e outras entidades populares. Gestão pública como exemplo e não cabide de empregos – Via de regra a Administração costuma sofrer com o “aparelhamento” partidário, responsável pela ocupação de cargos importantes por pessoas que não têm condições técnicas e, às vezes, nem ética para tal. Alguns postos de alto escalão precisam ser preenchidos pelo critério de confiança dos eleitos, mas para os demais cargos devem ser realizados concursos internos que levem em consideração o conhecimento técnico, experiência na função e eleição para avaliar a liderança do servidor. O(A) prefeito(a) e todo o secretariado estarão nos bairros para ouvir a população. O diálogo direto do governo com a população permitirá agilidade para resolver os problemas mais imediatos da cidade. A periferia deve estar no centro das preocupações e ações do governo municipal.

DESENVOLVIMENTO

Proporcionar um Desenvolvimento Econômico ambientalmente equilibrado com ações que visem a geração de emprego e renda, em especial, estabelecimento de plano municipal de fomento ao turismo histórico-ecológico-rural.

Economia dos bairros:

Desenvolver incubadoras para organizações populares nos bairros e vilas, para desenvolver a sustentabilidade e economia dentro dos próprios bairros, fortalecendo o trabalho local.

Os bairros de menor renda per capita encontram-se na periferia geográfica da cidade, onde também as oportunidades de emprego são menores. É preciso fortalecer as diversas iniciativas locais disponibilizando suporte técnico e condições de desenvolvimento para os pequenos e micro empreendimentos, em ambientes propícios à inovação.

As associações e cooperativas contarão com equipes técnicas (logística, administração, meio ambiente, contabilidade, assessoria de comunicação) para avançarem na excelência na prestação de serviços. A organização de um Observatório do Trabalho, retomando convênios junto ao DIEESE, para obtenção de informações mais qualificadas e com articulação especial e fortalecimento de parcerias como o SINE poderia ser construído o Mapa do Desemprego em tempo real e todo cadastramento ser via Comitê do Bairro, voltado preferencialmente visando identificar vagas existentes e até geração de empregos próximos as moradias dos trabalhadores, pensando-se em contrapartidas para empresários locais que se engajassem neste processo poderem de alguma forma contribuir para a redução do desemprego local.

Fomentar e não medir esforços em desenvolver todas as formas artísticas, literárias e culturais, criando programa de captação de recursos para esse fim.

Política de regularização da informalidade e de estímulo à pequena e média empresa; qualificação profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar; flexibilização das normas de licenciamento para atividades econômicas familiar e de fundo de quintal.

Proporcionar um Desenvolvimento Econômico ambientalmente equilibrado com ações que visem a geração de emprego e renda, em especial, estabelecimento de plano municipal de fomento ao turismo histórico-ecológico-rural.

Orçamento democrático, com participação da população, publicização e clareza das informações orçamentárias;

Auditoria da dívida ativa do município e cobrança dos grandes devedores.

Estabelecimento de cobrança de Tributos e taxas que levem em consideração o estado de pobreza e econômico da população de baixa renda;

Tributação do uso do manancial aquífero de nossa cidade por quem o explore comercialmente.

Auditoria em todos os contratos de empreitada global e ou de prestação de Serviços relativos a Praças, Shows, Pintura de meio-fio, Reformas de Escolas, entre outros.

Desenvolver e estimular o uso do Transporte Coletivo, melhorando as condições de ruas e estradas. Criar ciclovias. Projetar e executar obras Viárias que desafoguem os pontos de tráfego intenso.

Propostas:

1 - Construção e reestruturação da gestão com base na consulta e valorização dos servidores efetivos e na inteligência dos municipais;

2 - Revisar o Plano de Carreira do Funcionalismo no intuito de corrigir desigualdades e distorções, bem como, melhorar as condições de trabalho e instituir índices de contribuição do IPREV, Previdência do Município de Viamão, conforme a escala salarial.

3 - Corte de 70% dos Cargos em Comissão. Evidentemente, alguns cargos precisam ser preenchidos por escolha de confiança e afinidade com o programa eleito, mas vamos acabar com indicações políticas sem qualquer técnica e absoluto desconhecimento do funcionamento do serviço público. Queremos valorizar a prata da casa, governar com os servidores, escolhendo diretores, chefes e até secretários pela qualidade técnica, experiência na área e capacidade de liderança junto aos colegas.

4 - Estabelecimento de uma ética de responsabilidade social, com inversão de prioridades, garantindo o resgate da dívida social através do direcionamento de serviços e investimentos públicos para as áreas e setores mais abandonados.

5 - Fortalecimento do controle social através dos Conselhos Municipais e da realização de Conferências Municipais; os sucessivos governos vêm enfraquecendo os mecanismos de controle social e desrespeitando os apontamentos e as sugestões dos colegiados. Muitos recursos públicos não teriam ido para os ralos da corrupção se o controle social fosse efetivamente ouvido pelas gestões. Queremos melhorar e democratizar o funcionamento dos Conselhos Municipais, garantir a infraestrutura e recursos humanos dando plenas condições de elaborações para o controle social e seguir efetivamente as decisões tomadas pelos colegiados. Um governo do povo não pode temer a elaboração popular; ao contrário, deve estimulá-las.

6 - Construção de um secretariado com paridade de gênero, diversidade étnica e de orientação sexual. A transversalidade das políticas públicas contra os preconceitos passa por uma visão de conjunto integrada nos espaços de decisão e a convicção de que as minorias podem e devem participar do conjunto das políticas públicas;

7 - Criar Centros de Relações Institucionais e Participativas junto as subprefeituras, com poder real nas decisões e prazo para execução de demandas locais. Para efetivar tal modelo, a prefeitura indicará um representante da gestão e outro será eleito pela comunidade para criar um modelo de participação em tempo real, interlocução permanente com o Paço Municipal e reuniões e assembleias periódicas para a resolução de problemas nos bairros;

8 - Criar canais funcionais de efetivo atendimento à população em caso de crises sociais e econômicas, epidêmicas e desastres;

9 - Separação entre o público e o privado, com transparência administrativa, fiscalização democrática sobre as ações do governo municipal e do uso dos recursos públicos, e auditoria rigorosa das contas públicas.

10 - Transparência em tempo real: prevalecer a transparência das prestações de contas dos serviços na cidade. Temos hoje um Portal “Obscuridade”, as informações públicas não são encontradas no site da prefeitura. Queremos conhecer os movimentos e ações da prefeitura e da Câmara Municipal de forma transparente e em tempo real para controle social das ações, com os balancetes e atas dos conselhos publicados na internet, os contratos e convênios firmados devem ser todos publicados com vistas a dar transparência e fortalecer o controle da execução de obras e políticas da prefeitura.

Acampamentos administrativos nos bairros.

11.- Avaliar a eficiência da estrutura propondo uma maior conexão com a população e, dessa, com os meios digitais, pois os processos na prefeitura são muito segmentados e de difícil acesso e pesquisa.

12.- Criação de um Conselho Superior de Política Ambiental, com poder decisório, ao qual todos os atos e ações do governo deverão ser previamente submetidos para análise e aprovação.

Conselhos Populares dinamizados: exigir movimentos sociais dentro dos conselhos para não serem dominados pela gestão da prefeitura. Defender paridade ou dois terços do conselho para movimentos sociais.

Criar um conselho de bioética para fiscalizar os demais conselhos, para exigir que legislativo e executivo e a comunidade estejam em posição de poder.

Criar centro popular de comércio.

Incentivar economia solidária como principal para a prefeitura

Aquisição de alimentos dos pequenos produtores - que a prefeitura gaste 30% com produtos da cidade

criar uma moeda na cidade para circular a riqueza na cidade.

Tributação: IPTU por renda. Tributação maior para mais ricos.

EDUCAÇÃO

- 1 - Eleições de diretores, já;
- 2 - Educação tem que tratar igualdade e de cidadania;
- 3 - Uma análise dos aspectos metodológicos atuais e rever as mudanças;
- 4 - Inclusão - Atendimento aos alunos especiais com laboratórios de aprendizagem, acompanhamento técnico, laudos para identificar especialidades. Educação X Acompanhamento CRAS, CRES e Saúde;
- 5 - Carga de trabalho 20h,40h + hora atividade respeitadas;
- 6 - Piso dos profissionais de educação, turno integral – alimentação integral (agricultura familiar), mais seminários, congressos, formação/qualificações dos profissionais de educação;
- 7 - Plano de carreira do Magistério - aumento de letras;
- 8 - Sala de recursos com dificuldade de aprendizagem;
- 9 - Projetos que visem um mundo sem violência e discriminação.
- 10 - Garantir as leis de diretrizes e bases;
- 11 - Parcerias com Institutos e Universidades para formação tanto de alunos, quanto de professores;
- 12 - Incentivo cultural aos professores. Ex.: Bolsa/literatura;
- 13 - Escolha do livro didático pelo professor;
- 14 - Hora atividade do CAT;

15 - Aumentar períodos de ciências humanas.

SAÚDE

1. Hospital de Viamão funcionando 100% SUS, com reabertura dos atendimentos encerrados de maternidade e traumatologia;
2. Em defesa dos direitos dos trabalhadores da saúde de Viamão;
3. Expandir a Atenção Básica como Organizadora da Rede, instituindo Equipes Multiprofissionais de atendimento aos usuários com inclusão gradativa nas Terapias Integrativas), segundo necessidades de Saúde Territoriais (Saúde da Família, Saúde Bucal, Saúde Mental, Saúde do Trabalhador, Consultório de Rua.
4. Implementar Ambulatórios nos Postos de Saúde, de acordo com as demandas de Bairros e Territoriais de Atendimentos: à Pessoas com Deficiência, Ambulatórios Trans e para População LGBTQIA+ e para Saúde do Trabalhador, atendendo nestas populações com enfoque na Saúde Mental e na Interação Social.
5. Oportunizar e aumentar a contratação dos Profissionais de Saúde, incluindo Assistentes Sociais e Terapeutas Ocupacionais, além de médicos e Enfermeiros através de Concursos e Empregos Públicos e que estes atendimentos sejam 100% pelo SUS;
6. Incentivar e oportunizar o Atendimento dos usuários 100% pelo SUS de Diagnóstico e entrega de Medicamentos pelo Município de Medicamentos para enfrentamento de ISTs, (Infecções Sexualmente Transmissíveis) nos Postos de Saúde decorrentes de violência sexual agilizando assim os processos através de Integração da Rede de Saúde e de Segurança Pública;
7. Reestabelecer o diagnóstico rápido através de kits pelo SUS de Casos de Suspeita de Leptospirose tão comum em Área Rural e em enchentes decorrentes de Desastres Naturais;
8. Identificar através das Visitas Domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde, casos de violência sexual e física de Mulheres, crianças e Idosas;
9. Reorganização do Tele -Agendamento;
10. Fomentar os Concursos Públicos , substituindo às Terceirizações;

11. Criar Redes de Apoio à Populações com Síndromes como TEA, Asperger, Toret e Downhill;
12. Efetivar o modelo biopsicossocial da pessoa com deficiência;
13. Aprimorar e fortalecer o foco multidisciplinar ao usuário, considerando a diversidade de gênero e raça;
14. Fortalecer a vigilância em zoonoses através da inclusão de veterinários nos locais de saúde, bem como colocar esse profissional no cadastro nacional de estabelecimentos de saúde (CNES);
15. Fomentar a participação de farmacêuticos nos serviços de Atenção Primária de Saúde com equipes suficientes e qualificadas para trabalharem baseadas nas necessidades sociais promovendo o acesso e uso seguro de medicamentos, assim como qualidade de vida do usuário SUS.
16. Desenvolvimento de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, combatendo as desigualdades e garantindo direitos sociais, com respeito à diversidade, pluralidade e equidade de todos;
17. Colocar a saúde bucal como prioridade, buscando ideias inovadoras;
18. Garantir a saúde da gestante e do nascituro, como direitos fundamentais e princípio da dignidade humana;
19. Incluir na Saúde da mulher ações que considere a proteção ao meio ambiente. Focar na mulher e nos diversos ecossistemas em que interage;
20. Reconhecer as unidades territoriais de Matriz Africana (terreiros, barracões, casas de religião...) como local de promoção à saúde e unidade complementar aos diversos tratamentos junto ao SUS;
21. Exigir a inversão completa da lógica mercantil e privatista, com gastos privados superando os públicos, fortalecendo o SUS PÚBLICO, DEMOCRÁTICO E POPULAR, UNIVERSAL, INTEGRAL, EQUÂNIME promovendo o processo de desprivatização, fortalecendo o direito a saúde, a valorização de múltiplos saberes, a desprecarização dos vínculos trabalhistas de saúde;
22. Garantir direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres, meninas e pessoas que possam gestar tendo por base a justiça reprodutiva e atenção à saúde;
23. Criação de uma linha de oferta para HOMEOPATIA no SUS, onde possa ser garantido a escolha e o direito de acesso aos usuários das UBSs;
24. Garantir uma rede de ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE no município capaz de induzir a formação de trabalhadores e trabalhadoras de acordo com a realidade de

algumas áreas remotas e da vulnerabilidade social.

MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

1. Elaborar um Plano de Proteção às Populações Ribeirinhas em situação de desastres naturais;
2. Criar Lei Municipal de um índice de limites de desmatamento, para conservação de árvores nativas na Região em detrimento à Construção de Condomínios;
3. Aumento da Taxação de Grandes Empresas, S/A s , sobre a exploração agressiva dos Lençóis Freáticos;
4. Fomentar a Construção de Hortas Comunitárias nos Espaços Urbanos, com participação Popular e fiscalização e em parceria com Associações Comunitárias;
5. AGROECOLOGIA X ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL;
6. Apoiar o Assentamento do MST em Viamão;
7. Apoio ao Médio e Pequeno Produtor Rural;
8. Incentivo à Produção Agroecológica e orgânica em sua produção e venda através de Cooperativas de Compra e Entrega;
9. Linha de Crédito de Desenvolvimento Rural no Banco Social do Município;
10. Investimento na indústria do Arroz Agroecológico, precisamos que os produtos plantados na cidade sejam industrializados em Viamão, assim o Município será beneficiado coletando o ICMS;
11. Estimular o acesso aos jovens através de Formação Continuada nas escolas sobre Agroecologia : Escolas estaduais, Escolas Municipais e IFRS;
12. Ação Emergencial voltada para os Sistemas Públicos de Saneamento e fornecimento de água, estabelecimento de canais eficazes para o Tratamento de Conflitos Sócio Ambientais;
13. Criação de uma Empresa Municipal de Água e de Saneamento Básico;
14. Saneamento Básico descentralizado, reduzindo custos de implementação e tratamento;
15. Ampliar a quantidade de Ecopontos e instaurar a Coletiva Seletiva na Cidade ,

sendo o lixo orgânico destinado para biodigestores e posteriormente podendo ser utilizados como adubo e o reciclado para os Galpões de Reciclagem da COOVIR;

16. Criação de uma Secretaria dos Direitos Animais, no molde da SEDA de Porto Alegre, canil e abrigo municipais, viatura para emergências, e veterinários funcionários da prefeitura para atendimento a população, inclusive com equipe de atendimento domiciliar, para quando haja impossibilidade de deslocamento do animal;
17. Integrar a Rede SUS - SUAS - SISAN;
18. Rigor na punição ao abandono de animais, multas serão destinadas para as ONGS e abrigos de resgate de animais do Município;
19. Programa de Castração e de vacinação para os animais da População de Baixa Renda com custeio desses serviços e locomoção;
20. Banco de Ração: Apoiar ou criar programas de incentivo às empresas, indústria e comércio a doarem ração para o Banco de Ração, que cuida da distribuição para alimentar animais em abrigos;
21. Instalação de um sistema de coleta, armazenamento e de utilização de águas da chuva e servidas em edificações no Município;
22. Atualização e revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, buscando alternativas sustentáveis para a questão;
23. Ampliação e descentralização da Coleta Seletiva;
24. Implantação e descentralização de Ecopontos;
25. Apoiar o movimento Não ao Lixão;
26. Formulação de um programa de destinação adequada de entulhos, visando o controle do descarte irregular;
27. Fomentar o desenvolvimento das unidades de conservação;
28. Desenvolver programas de educação ambiental;
29. Garantir políticas de saneamento e drenagem;
30. Ampliação da fiscalização de obras em áreas impróprias para edificação;
31. Programa contínuo de educação ambiental nas escolas focando nas comunidades atendidas por elas (saneamento básico; panes; destinação de resíduos, visitas em galpões de reciclagem, etc.);
32. Identificação e implementação de corredores ecológicos entre a área urbana e

rural;

33. Implementação de ações efetivas e contínuas para preservação e gerenciamento do Lago Tarumã, observando a proteção do meio ambiente, a qualificação do espaço para a convivência social, atividades esportivas, de lazer e turísticas;
34. Instituir medidas de gestão ambiental no Lago Tarumã, Parque Saint Hilaire e demais áreas de proteção permanente;
35. Elaboração do Atlas Socioambiental.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 – Criação de uma REPÚBLICA – Objetivando a estruturação dos adolescentes que completarem 18 anos e que estejam em acolhimento institucional, já na fase final para o desacolhimento, para ser dada continuidade na garantia de seus direitos.

2 – Criação de uma RESIDÊNCIA INCLUSIVA - Ela se destina a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar.

3 – Criação do CENTRO-DIA de Referência para Pessoa com Deficiência, Idosas e suas Famílias; - O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários.

4 – Criação de um plantão 24 horas da Assistência Social, voltado para o CRAS e CREAS.

5 - Aumentar o número de funcionários do quadro na Assistência Social, promovendo a abertura de novos concursos e colocando-os em setores estratégicos para ser dada a plena continuidade no trabalho.

6 – Promover a formação e a capacitação dos profissionais da rede de proteção.

7 – Promover o alinhamento constante dos fluxos da rede de proteção, objetivando a interligação.

8 – Promover a divulgação e a transparência na cidade, sobre os serviços e programas ofertados para todos através da rede de proteção.

9 – Criação de um CRAS na região da Vila Elza/Helenita/Vida Nova.

10 – Criação de um restaurante Popular, objetivando atender as pessoas de baixa renda.

11 – Criação do Programa Fomento Rural - combina duas ações: o acompanhamento social e produtivo e a transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo, no valor de R\$ 2,4 mil ou R\$ 3 mil. O programa foi criado pela Lei 12.512/2011 e é regulamentado pelo Decreto 9.221/2017.

Essas duas ações são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, a fim de que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e a superação da situação de pobreza.

O programa é uma inovação importante no conjunto das políticas públicas de superação à pobreza rural, pois incentiva a inclusão produtiva de famílias rurais que estão em condição social mais vulnerável.

12 – Implantação do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência.

13 – Com base na proposta 29 do GT de INCLUSÃO – Mapear a fome no município, elaborando um Plano de Combate à Fome e à Miséria e a criação de uma equipe Intersetorial municipal de segurança alimentar.

14 – Elaborar um Plano de incentivo efetivo para o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

15 – Criação de um Plano efetivo, na atuação nas demandas para adolescentes infratores, elaborado junto com o setor de segurança do município.

16 - Abrir dois restaurantes públicos da prefeitura com alimentos para toda a cidade.

17 - Isentar pessoas Autistas de imposto na cidade.

18 - Criar pontos de orientação para políticas públicas da Prefeitura em centros da cidade.

19 - Estabelecer relação com o conselho das pessoas com deficiência e outros conselhos de forma interdisciplinar.

20 - Combater a insegurança alimentar com distribuição de cestas básicas e oferta de refeições gratuitas em um “bandejão” público.

21 - Abrigos públicos, com gestão transparente.

LGBT

Criar uma subsecretaria, englobando saúde e educação e assistência social, para cuidados com a população LGBTQia+.

Distribuição de preservativos pela prefeitura.

CREAs ter um olhar com a população lgbtqiapn+, com formação para os profissionais trabalharem com as necessidades dessa população.

Pronto atendimento e distribuição de remédios para a população com HIV.

Juventude:

construção de um Conselho Municipal de juventude conectando políticas da saúde educação e assistência social.

Gratuidade no transporte público irrestrita para estudantes.

Palestras da prefeitura nas escolas estaduais em parcerias municipais para debater questões de violência. Prefeitura trabalhar com a guarda municipal para atender nas escolas com acolhimento. Coordenar as sec de Juventude com o estado e município na relação com as escolas com palestras. Criação de um conselho da Juventude. Observar se Conselho Municipal e estadual da juventude são paritários para sugerir melhorar o funcionamento da Coordenadoria e reivindicar paridade no conselho de juventude.

INCLUSÃO

FOCO : Inclusão, Acessibilidade, Participação Popular, Trabalho, Necessidades Básicas.

1. Criar uma secretaria de inclusão, que finalizará as atividades relacionadas com a inclusão e acessibilidade envolvendo setores da saúde, educação, transporte público e conselhos municipais; ambientes facilitadores à vida e a participação social;
2. Ampliar a representatividade das pessoas com deficiência nas campanhas governamentais, bem como nos diversos espaços sociais e nos estabelecimentos e ações de saúde
3. Fomentar a interoperabilização dos sistemas de informação em saúde com o Cadastro-Inclusão da pessoa com deficiência;
4. Promover ações que visem a capacitação dos profissionais para o preenchimento dos bancos de dados, com vistas a melhoria da qualidade das informações.
5. Assegurar o direito de votar e de ser votada;
6. Incentivar à pessoa com deficiência a candidatar-se e a desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, inclusive por meio do uso de novas

tecnologias assistivas, quando apropriado;

7. Elaborar junto da pessoa com deficiência , políticas de saúde a ela destinadas;
8. Estimular à autonomia e à independência das pessoas com deficiência nos processos decisórios, inclusive por meio da decisão apoiada, quando necessário;
9. Estimular a adoção de hábitos de vida saudáveis, incluindo o incentivo à prática de atividades físicas e à alimentação saudável.
10. Assegurar atendimento segundo normas éticas e técnicas, que regulamentarão a atuação dos profissionais de saúde e contemplarão aspectos relacionados aos direitos e às especificidades da pessoa com deficiência, incluindo temas como sua dignidade e autonomia.
11. Formar a força de trabalho para o SUS com base nas necessidades das pessoas com deficiência, sob a perspectiva do modelo biopsicossocial, com abordagem interseccional e anti capacitista;
12. Garantir diagnóstico e intervenções precoces, realizados por equipe multidisciplinar;
13. Elaborar protocolos e linhas de cuidados voltados à saúde de familiares, cuidadores e acompanhantes de pessoas com deficiências;
14. Qualificar as práticas de cuidado prestadas por familiares, cuidadores e/ou acompanhantes de pessoas com deficiência mediante ações intrasetoriais, intersetoriais, e interinstitucionais com vistas a ampliação e qualificação do processo formativo dos familiares e/ou cuidadores;
15. Ofertar habilitação/reabilitação sempre que necessárias, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida;

16. Promover a acessibilidade, em suas diferentes dimensões, inclusive com a adoção do desenho universal ou adaptação razoável nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido;
17. Desenvolver estratégias de prevenção aos acidentes, incluindo os relacionados ao trabalho;
18. Fornecer medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde;
19. Fomentar estratégias para ampliação da cobertura vacinal com vistas à prevenção de doenças e proteção à saúde;
20. Respeitar à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência;
21. Garantir a atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida à mulher com deficiência;
22. Promover a orientação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde;
23. Criar programas e ações projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais;
24. Promover estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, inclusive na detecção de sinais de risco;
25. Cobrar a concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção - OPM,

conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.

26. Capacitar todos profissionais da educação para acolhimento e atenção aos alunos PCD.

27. Incluir monitores exclusivos para PCDs nas escolas municipais e criar parceria com o estado a fim de implantar nas escolas estaduais.

MULHERES

Dentro de uma sociedade patriarcal, que não respeita as mulheres, somos a maioria das moradoras e também entre as pessoas que usufruem dos espaços da cidade, mas frequentemente observamos obstáculos para exercer nossos direitos. Nossos corpos não dispõem do privilégio de ir e vir sem que soframos assédio, opressões e violência, além de feminicídio, ou sem que esbarremos em locais em que nossa presença é desencorajada ou até mesmo desautorizada. Mulheres negras, trans, lésbicas, indígenas, campesinas, trabalhadoras, donas de casa, profissionais do sexo, moradoras das periferias ou mulheres em situação de rua enfrentam de maneira mais ou menos acentuadas as hierarquias decorrentes dos estereótipos e dos seus marcadores sociais. Os vários tipos de violência vêm sendo silenciadas pelas condições de vida das mulheres do campo, onde não se entende violência psicológica ou patrimonial como formas de violência, bem como onde o sistema familiar patriarcal impede um movimento de transgressão de situações de violência contra as mulheres. A violência é fruto do machismo e da misoginia contra as mulheres e é um problema social e de saúde pública que leva à violação dos direitos humanos.

Exigir resposta rápida para casos de violência, com acompanhamento especializado, já que a demora pode ser a diferença entre a vida e a morte, garantindo da integridade física da mulher e punição exemplar para evitar que casos assim continuem se multiplicando graças a impunidade.

Em 2022, Viamão foi a cidade onde ocorreram mais casos de estupro no RS depois da capital, e está entre as 5 cidades com maior número de registro de ameaça contra mulher em todo o estado, segundo dados da secretaria de segurança pública do RS. Fruto de impunidade, de uma cultura machista, de falta de preparo da justiça e da segurança pública para atender esses casos, além do péssimo exemplo de nossos representantes políticos, já que dentre os vereadores há muitos investigados por diversos crimes enquadrados na Lei Maria da Penha.

Com um quinto da população de Porto Alegre, a cidade de Viamão apresenta taxas de violência contra mulher maiores que os números da capital.¹ Os casos para cada 10 8mil habitantes são mais elevados para os crimes de ameaça, feminicídio e lesão corporal. A taxa de mulheres que sofreram ameaças em Viamão em 2016 foi de 76,08, enquanto na capital esse número foi de 53,92 para cada 10 mil habitantes. Os números de feminicídio também são maiores: 0,24 para Viamão, contra 0,11 na capital.

É notório que as funções reprodutivas e de cuidado com a sociedade estão ainda majoritariamente sob a responsabilidade das mulheres, fazendo que elas dependam sobremaneira da oferta de equipamentos e serviços públicos e dos circuitos de mobilidade que as cidades oferecem. De acordo com dados do IBGE¹⁷, as mulheres dedicam semanalmente, em média, 8,1 horas a mais do que os homens às tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora. Por essa razão, a melhoria da mobilidade urbana e a disponibilidade de vagas noturnas e diurnas em creches públicas são importantes especificamente para o caso das mulheres, e ainda mais para as mulheres que vivem nas periferias dos centros urbanos, mulheres que são mais impactadas pela ausência de equipamentos e serviços públicos.

A insuficiência de vagas nas escolas de educação infantil é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres em Viamão. Como alternativa, acabam recorrendo às redes familiares e comunitárias para os cuidados com seus filhos e filhas, o que muitas vezes pode acabar expondo as crianças a situações de vulnerabilidade. Ou ainda, por medo da violência física e sexual, optam por deixar as crianças sozinhas quando não podem abrir mão do trabalho.

¹ <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221597?locale-attribute=en>
<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/com-um-quinto-da-populacao-de-porto-alegre-viamao-tem-taxas-maiores-de-violencia-contra-mulher.ghtml>

Como um agravante desse cenário, em meio à pandemia do coronavírus vimos, por um lado, o aumento de desemprego entre as mulheres, já bastante impactadas pela crise econômica precedente e, por outro, a total falta de alternativa para as mulheres que não puderam fazer isolamento social, seja porque estão empregadas em atividades essenciais, destacadamente atividades relativas aos cuidados onde as mulheres são maioria, ou pela morosidade na entrega de cestas básicas para as famílias em situação de vulnerabilidade.

É preciso um Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família. Apesar da popularização das lutas feministas em anos recentes, existe ainda muita dificuldade para que as necessidades das mulheres sejam consideradas e incorporadas às políticas públicas locais. Faltam-nos, sobretudo, atores políticos sensibilizados, e também equipes técnicas preparadas para atuar e maneira integrada com o objetivo central de reduzir as assimetrias de gênero.

Nossa proposta para reduzir as iniquidades de gêneros passa pela necessidade de transformar a fórmula do exercício do poder, tendo em mente que para alcançarmos a equidade, não poderemos nos restringir a soluções meramente pontuais, porque estamos tratando de elementos que são estruturantes. É preciso ter um olhar integrado para a solução do machismo e da violência de gênero. Garantir que todas as leis e iniciativas de políticas públicas avaliem e considerem seus impactos na vida das mulheres. Fazer com que o arranjo governamental e a prestação dos serviços públicos sejam um reflexo da responsabilidade solidária, da descentralização e organização em rede, da quebra das hierarquias. Sem esquecer que quanto maior for a cooperação entre as ações de governo e as agendas populares, das mulheres e crianças, melhores condições nós teremos de sustentar as mudanças que Viamão precisa. Queremos Viamão alinhada a um feminismo diverso, que combata o machismo, a lgtbfobia, o racismo, rompendo com a lógica de que um conjunto de vidas vale mais do que outras.

Pensar a cidade orientada para as mulheres das periferias, incorporando o que elas veem, sentem e experimentam em seu cotidiano. Superar as práticas que contribuem com o reforço dos papéis de gênero, dando fim a situações onde as mulheres estejam colocadas de maneira subordinada. Caminhar na direção da equidade de gêneros através da garantia da participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão da vida política, econômica e pública, instituindo não apenas políticas de governo para as mulheres, mas colocando as mulheres no governo da política.

Ampliação da rede de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual e albergue municipal para o acolhimento temporário de mulheres vítimas de violência. Ampliar e descentralizar o número de abrigos, dando capacidade de acolhimento também para os seus filhos.

Criar e ampliar Centros de Referência da Mulher e CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica. Oferecer apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, permitindo que elas tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso necessário;

Prefeitura Municipal com paridade de gêneros. Ter ações para alcançar a paridade de gêneros na composição das secretarias municipais da administração direta e indireta, dos conselhos e fóruns municipais, e nos editais públicos de contratação.

Ampliação da rede de delegacias especializadas para atendimento das mulheres, facilitando as denúncias e pedidos de medidas protetivas.

Garantia de creches e escolas de Educação Infantil em turno integral e ampliação do atendimento das creches para os horários noturnos. Garantir que mães que trabalham ou estudam à noite tenham onde deixar seus filhos em segurança;

Reabertura da Maternidade do Hospital de Viamão, fechada em 2020. Criação de centros de parto humanizado. Assistência para mulheres durante a gravidez, parto e pós-parto. Ampliação e qualificação do atendimento neonatal à mãe e bebê;

Luta contra a Portaria 2282 do Ministério da Saúde que dificulta o acesso ao aborto legal e cria a figura do profissional de saúde delator. A prioridade é vida das mulheres. Chega de violência contra as mulheres vítimas de estupro;

Criação de Secretaria de Mulheres e combate à LGBTfobia. Garantir espaço institucional para ampliar as políticas públicas para mulheres e LGBTs;

Cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens de qualquer idade. Incentivo à geração de renda para mulheres;

Apoio ao carnaval das Escolas de Samba e blocos de rua. Valorização da cadeia produtiva, apoio às mulheres ambulantes, reversão das políticas de ataque à cultura. Mais atenção para as mães que organizam iniciativas culturais e educacionais nas periferias;

Rede de atendimento especializado para as mulheres no CRAS, que inspire confiança no acolhimento às mulheres. Proporcionar espaço adequado de escuta e atenção para as mulheres, inclusive para mulheres idosas;

Atendimento especializado às profissionais do sexo. Desenvolver políticas interseccionais que olhem para as necessidades das profissionais do sexo;

Garantir acesso das mulheres trans ao SUS com criação de departamento específico (não apenas nas delegacias de vulneráveis);

Fortalecer o Sistema Público de Saúde no município, reverter as terceirizações, melhorar as estruturas e recursos humanos dos espaços de referência no atendimento a crianças, adolescentes e mulheres. Garantir o atendimento adequado a mulheres portadoras de diversidade funcional;

Ampliar os espaços de discussão sobre o modelo de parto e nascimento do Sistema Único de Saúde, com usuárias, trabalhadores/as e gestores/as da saúde para garantir os direitos da gestante e do bebê no pré-parto e pós-parto com vistas a garantia de parto humanizado;

Ampliação e fortalecimento da Rede Municipal de Educação Infantil com criação de creches, escolas e ampliação de vagas, tanto nas periferias como nas áreas centrais, pois grande parte das mulheres moradoras das periferias trabalham na área central da cidade, e criação de vagas noturnas para mães que trabalhem ou estudem à noite e de escolas especiais para crianças com autismo;

Programa de inclusão digital, com disponibilidade de internet para viabilizar o ensino remoto;

Programa contra o machismo e a cultura da violência e assédio às mulheres, por meio de campanhas nos bairros, nas escolas, no transporte público, nos locais de trabalho;

Realização de campanhas de promoção da maternidade e da paternidade conscientes, descentralizando a rede de assistência para as periferias da cidade e criando ações afirmativas que garantam a prioridade para a vida das mulheres;

Formação e sensibilização dos servidores públicos na atenção às questões de gêneros, em especial na área de saúde e segurança para o atendimento de mulheres vítimas de violência;

Adoção de medidas de equidade de gêneros no âmbito dos serviços públicos municipais;

Incluir nas cláusulas contratuais de processos licitatórios a necessidade das empresas que serão contratadas pelo município adotarem políticas de ações sociais e econômicas de equidade de gêneros;

Estruturas urbanas para o cuidado. Qualificação dos espaços públicos para a promoção de encontro entre mulheres e socialização segura de crianças, mães e pais. Melhoria da rede de iluminação pública;

Criação de espaços coletivos, como lavanderias e hortas públicas;

Prioridade para as mulheres na titulação de imóveis em programas de regularização fundiária;

Atenção para a regularização do acesso das famílias aos serviços públicos, diante da dificuldade das famílias de áreas de ocupação irregular, sem CEP, para conseguir matrículas em creches e atendimento em outros serviços básicos;

Prioridade para mulheres chefes de família em caso de empate nos programas habitacionais municipais;

Adequação dos protocolos da construção civil de obras públicas e privadas para não criar pontos de insegurança à circulação das mulheres no espaço público;

Assegurar o embarque e desembarque fora das paradas obrigatórias após às 22 horas, como forma de ajudar na segurança das mulheres e combater o Assédio nos ônibus;

Estabelecer medidas de ações afirmativas para mulheres condutoras de táxis e aplicativos;

Criação de aplicativo para a denúncia de violência e assédio, vinculado à rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. E plataformas de tecnologia livre relacionados às mulheres;

Georreferenciamento das notificações de violência contra a mulher nos espaços públicos, com publicação de relatório anual, preservando o endereço e a identidade das vítimas;

Incentivo à participação das mulheres na cena política.

Promoção na rede de escolas de cursos feministas e antirracistas

maturidade ativa: Atenção as idosas, prevenção de problemas de saúde, incentivo à atividade física em escolas, bem estar. Combater a invisibilidade e a discriminação etária. Selo de empresa amiga do idoso.

Colocar os vereadores, a violência do dentista, a menina assassinada,

Política Feminismo antirracista

Parada em qualquer lugar no ônibus após anoitecer

Ações de combate à Violência obstétrica.

Ampliar mercado de trabalho feminino

Sistema educacional com equidade de gênero

Promover acesso a educ básica de jovens e adultas

Promover educação sobre grandes mulheres

Contra mórvidas feminina em todos grupos populacionais e ciclos de vida

Implementar equipes de saúde da família com agentes comunitárias que atendem em domicílio

Detectar e prevenir situações de violência contra mulher e canal de denúncia dos casos

Ações de promoção e prevenção de saúde da trabalhadora da cidade e do campo.

Ações de prevenção de câncer de mama e útero

Ampliar ações de planejamento família garantindo métodos anticoncepcionais gratuitos e ações de informação e prevenção de dsts

Parcerias com entidades em uma rede de atendimento pra situações de violência. Margaridas, escuta de situação de violência.

Defensoria pública da mulher

Capacitar profissionais saúde, educação, segurança sobre violência contra mulher

Ambulatório trans

Incentivar brigadas comunitárias de mulheres para evitar assédio, grupos que troquem informações caminhem juntas

Incentivar parcerias com associações de bairro e clubes de mães credenciados na prefeitura com repasse financeiro como pontos de referência para políticas públicas de assistência social e oferta de apoio para mulheres nos bairros, com cursos de formação, cuidado de idosos, creche, troca de informações, cozinha e hortas comunitárias.

Ações de combate à pobreza menstrual

Ações de enfrentamento da violência nas escolas com campanha municipal que trate os diferentes formas de violência contra as jovens, formação para prof e funcionários de escola para identificar e atuar para combater e prevenir o assédio, junto com a assistência social.

Campanha de combate à gordofobia

NEGROS

1 - Criação de uma secretaria dos Negros;

2 - Atendimentos na saúde especializados as doenças dos negros, as comunidades quilombolas e povos originários. Atendimento psicológico também especializado, e feito por profissionais negros;

3 - Programas de atenção a política dos negros,

4 - Concursos, postos de chefia/direção, espaços de poderes atinjam um percentual de 50%;

5 - Critérios mais justos, percentual mínimo de trabalhadores e trabalhadoras negros nas empresas/cooperativas 40% visando o percentual de população negra da cidade;

6 - Fiscalização da aplicação da Lei 11.645 (obrigatório o estudo de história e cultura indígena e afro-brasileira no Ensino fundamental e médio.);

7 - Incentivo a eventos, feiras, e formação que promovam o empreendedorismo negro;

8 - Promover um eco turismo nos quilombos de maneira que sejam auto sustentáveis e que conte a nossa história preservada;

9 - Fazer com que os estagiários do Município, da Câmara e empresas terceirizada sejam oriundos do CAD único, 50% dessas vagas para negros do CAD, outros 50% para CAD único geral.